



# COMANDO DA MADRUGADA SEM OB OLINDA-PE



**DIREITO  
PENAL**

*Emmanoel  
Thadeu*



**HISTÓRIA  
DE OLINDA**

*Isaque Silva*

# DIREITO PENAL



1. Gabriel, lutador profissional de boxe na categoria peso pesado, assistia a um jogo de futebol em um bar. Em determinado momento, inconformado com a derrota de seu time, desferiu um soco na cabeça de uma mulher que estava ao seu lado e que também lamentava o resultado negativo, causando-lhe a morte.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores,

**A)** caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo torpe.

# DIREITO PENAL



- B)** Gabriel deverá responder por homicídio simples, sendo afastada a qualificadora relacionada ao motivo fútil, pela sua incompatibilidade com o dolo eventual.
  
- C)** caracterizada a violenta emoção, Gabriel deverá responder por homicídio privilegiado.
  
- D)** por se tratar de vítima do sexo feminino, Gabriel deverá responder por feminicídio.
  
- E)** caracterizado o dolo eventual, Gabriel deverá responder por homicídio qualificado por motivo fútil.

2. Em relação aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa INCORRETA.

**A)** A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.

**B)** A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.

# DIREITO PENAL

- C)** A pena do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação é duplicada se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.
  
- D)** Responderá por homicídio quem instigar o suicídio de pessoa menor de 14 (catorze) anos e o ato se consumar com a morte.
  
- E)** É qualificado o crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte.

# DIREITO PENAL



3. Janaína está grávida de dez semanas e deseja praticar um aborto. Ela descobre que está próximo à costa brasileira, mas em espaço classificado como “alto-mar”, o navio de uma ONG holandesa que viaja pelo mundo fornecendo informações, contraceptivos e realizando abortos seguros em gestações de até doze semanas, nos termos da legislação holandesa. Para tanto, Janaína aluga uma embarcação privada e sai do porto de Santos-SP com destino ao navio da mencionada organização não governamental, que está ancorado a vinte milhas náuticas da costa brasileira. Ali, de forma livre e consciente, Janaína realiza o aborto. Na volta, ao descer da embarcação alugada, já em solo brasileiro, Janaína é presa pela Polícia Federal pela prática de delito de aborto, sendo certo que ela confessa toda a sua conduta.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

**A)** Janaína pode ser responsabilizada pelo delito de aborto segundo a lei penal brasileira, pois a execução começou a se dar no território nacional, já que ela alugou um barco com essa finalidade.

# DIREITO PENAL

- B)** Janaína não praticou crime algum. O aborto foi cometido fora do território nacional, mais precisamente em território holandês, pois a embarcação holandesa estava em alto-mar. Dessa forma, Janaína não pode ser responsabilizada pela lei penal brasileira na hipótese.
- C)** Como Janaína alugou uma embarcação privada para dirigir-se até o navio da ONG, considera-se que o início da execução do delito se deu em território nacional; portanto, a lei penal brasileira é aplicável, e Janaína poderá responder pelo delito de aborto.
- D)** Houve crime de aborto e Janaína poderá ser responsabilizada por ele, mesmo tendo sido praticada, a conduta, a bordo de um navio privado de bandeira holandesa, pois, como a embarcação é privada, aplica-se a lei penal brasileira.
- E)** Como a embarcação é privada e estava em alto-mar, vale a lei penal brasileira, razão pela qual Janaína poderá ser responsabilizada pelo delito de aborto desde que a Holanda não resolva processá-la criminalmente pelo fato.

# DIREITO PENAL



Art. 5º - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 1984](#))

§ 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

4. De acordo com o Código Penal, uma lesão corporal é considerada gravíssima caso resulte em

**A)** aceleração de parto.

**B)** incapacidade temporária para as ocupações habituais.

**C)** perigo de vida.

**D)** perda ou inutilização do membro, sentido ou função.

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

5.O delito de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, tem como preceito primário “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”, sendo que a pena

**A)** aumenta em um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno.

**B)** de detenção será de um a quatro anos em suas formas qualificadas.

**C)** será de dois a oito anos de reclusão, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

**D)** diminui em um terço se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.

**E)** será só de multa se o criminoso for primário

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

6. Lucas, com 15 anos de idade, conheceu Lívia, com 13 anos de idade, na escola onde estudavam. Com o tempo, ambos se apaixonaram e começaram a namorar. Após terem a primeira relação sexual, Lívia comunicou o fato aos seus pais, os quais, por gostarem de Lucas, convidaram-no a morar junto com Lívia, na casa da família. Lucas, ainda com 15 anos de idade, aceitou prontamente o convite e imediatamente passou a conviver com Lívia, que ainda tinha 13 anos de idade, como marido e mulher, na casa dos pais dela, mantendo, continuamente, relação sexual consentida por Lívia e com a ciência dos pais desta. Considerando essa situação hipotética e o conceito tripartite de crime, assinale a opção correta.

A) Apenas os pais de Lívia responderão por crime de estupro de vulnerável, na forma da omissão imprópria, por serem autores mediatos do delito.

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

**B)** Apenas Lucas cometeu crime de estupro de vulnerável, pois os pais de Lívia não tiveram conhecimento prévio da primeira relação sexual dos menores.

**C)** Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão própria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.

**D)** Lucas é autor do crime de estupro de vulnerável e os pais de Lívia são partícipes pela omissão imprópria, e cada um deles responderá na medida de sua culpabilidade.

**E)** O fato é atípico, em razão do princípio da adequação social, que suprime a tipicidade material.

# DIREITO PENAL

7. Aquele que constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, pratica, em tese, segundo o Código Penal, o crime de

- A) assédio sexual.
- B) estupro.
- C) violação sexual mediante fraude.
- D) estupro de vulnerável.
- E) importunação sexual.

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

8. João conduzia o seu veículo automotor, ocasião em que foi parado por uma blitz da Polícia Militar. Após analisar a documentação do condutor, o policial Caio exigiu, para si, R\$ 2.000,00 para liberar o automóvel.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Caio responderá pelo crime de:

**A)** excesso de exação;

**B)** corrupção passiva;

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

**C)** corrupção ativa;

**D)** concussão;

**E)** peculato.

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

9.A apropriação pelo funcionário público, em proveito próprio, de bem móvel de repartição pública do qual tinha a posse em razão do cargo caracteriza crime de

A) apropriação indébita.

B) concussão.

C) prevaricação.

D) peculato.

# ISOLADA DE DIREITO PENAL

10. José, servidor público, com vontade livre e consciente, solicitou para si, diretamente, fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida, retardando a prática de ato de ofício. Nessa hipótese, nos termos do Código Penal, José praticou o crime de

- A)peculato.
- B)concussão.
- C)corrupção passiva.
- D)prevaricação.
- E)condescendência criminosa.

# ISOLADA PENAL

11.O crime previsto no Código Penal, de praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro é o de

A) atentado ao pudor mediante fraude.

B) assédio sexual.

C) importunação sexual.

D) violação sexual mediante fraude.

E) estupro.

# PENAL

12.Valendo-se da situação de calamidade pública decretada em razão da pandemia de covid-19, Eduardo, mediante o uso de uma chave falsa, subtraiu para si um veículo de propriedade de Mariana. Acionada, a polícia militar, após efetuar algumas rondas, prendeu em flagrante Eduardo na posse do veículo e da chave usada por ele para ligar o automóvel.

Nessa situação hipotética, houve o delito de

**A)** furto consumado, segundo a teoria da *ablatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.

# PENAL

- B)** furto consumado, segundo a teoria da *concretatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
- C)** furto consumado, segundo a teoria da *amotio* ou *apprehensio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.
- D)** furto tentado, uma vez que não houve posse desvigiada do veículo.
- E)** furto tentado, uma vez que o veículo foi retomado em momento imediatamente posterior à sua subtração.

# PENAL

13. Para caracterizar o crime de roubo impróprio, a grave ameaça ou a violência deve ocorrer

- A) antes e depois da subtração da coisa móvel.
- B) antes da subtração da coisa móvel.
- C) antes e durante a subtração da coisa móvel.
- D) depois da subtração da coisa móvel.

# PENAL GUARDA



14. João, maior de idade e capaz, e José, com 15 anos de idade, previamente acertados, adentraram em um ônibus e, enquanto José distraía Maria, João subtraiu da bolsa dela um telefone celular. De posse do celular, João dirigiu-se à porta de saída do ônibus, quando foi detido por Manoel, que, tendo observado tudo, recuperou o celular de Maria e entregou João e José para uma viatura da polícia que por ali passava. Apurou-se que João e José praticavam tal conduta rotineiramente em ônibus pela cidade.

A partir da situação hipotética anterior, assinale a opção correta.

**A)** A conduta de João enquadra-se como furto tentado, porque ele não teve a posse mansa e pacífica do celular.

# PENAL GUARDA

- B)** O crime de corrupção de menores é crime formal, portanto sua configuração depende de prova da corrupção.
- C)** A comprovação da menoridade, para efeitos de configuração do crime de corrupção de menores, requer a juntada de certidão de nascimento do corrompido.
- D)** O prontuário civil de José não é prova suficiente de sua menoridade.
- E)** O furto foi consumado, por ter o celular saído da esfera de vigilância da vítima.

# PENAL GUARDA

15. Marcelo, irritado com Mônica, sua colega de trabalho, durante almoço com demais colegas da repartição pública onde trabalham, aproveitando-se da ausência de Mônica, espalha a informação de que ela, toda tarde, antes de voltar para a casa onde vive com seu marido, passa na casa de um outro homem, com quem mantém relações extraconjugais. Diante da situação hipotética descrita, Marcelo praticou, em tese, o crime de

**A)** rixa.

**B)** constrangimento ilegal.

# SIMULADO PENAL GUARDA

**C)**calúnia.

**D)**injúria.

**E)**difamação.



# COMANDO DA MADRUGADA SEM OB OLINDA-PE



**DIREITO  
PENAL**

*Emmanoel  
Thadeu*



**HISTÓRIA  
DE OLINDA**

*Isaque Silva*